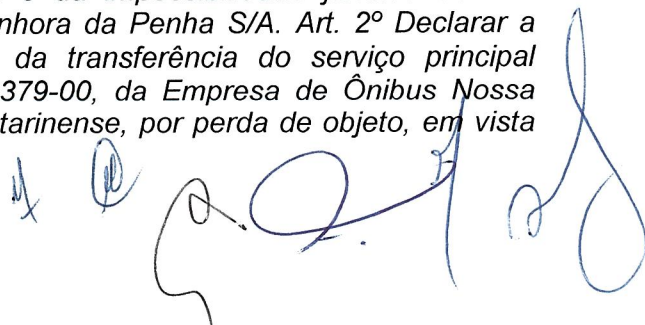


Ata da 376ª Reunião da Diretoria

Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de setembro do ano de 2009 (dois mil e nove), às 16h00 (dezesesseis horas), em sua Sede, Sala de Reunião da Diretoria, no Setor Bancário Norte – Quadra 2 Bloco “C” – Lote 17 - 12º andar - Ed. Phenícia – Brasília – DF, realizou-se a 376ª (Trecentésima Septuagésima Sexta) reunião da Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, sob a presidência do Diretor-Geral, Bernardo Figueiredo, presentes os Diretores Francisco de Oliveira Filho, Ivo Borges de Lima, Mário Rodrigues Júnior e Wagner de Carvalho Garcia, o Procurador-Geral Manoel Lucivio de Loiola, e, como Secretário, César Dias. Aberta a reunião pelo Diretor-Geral, foram tomadas as seguintes decisões: **1. ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA.** Aprovada a Ata da Reunião Anterior. **2. MATÉRIAS DELIBERATIVAS. 2.1. RELATOR: Diretor: WAGNER DE CARVALHO GARCIA. 2.1.1. – REAL EXPRESSO LTDA. e RÁPIDO FEDERAL VIAÇÃO – Ato Administrativo de transferência de serviços – Processo nº 50505.000345/2006-54:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DWG-138/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWG – 138/09, de 10 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50505.000345/2006-54, RESOLVE: Art. 1º Declarar nulo o ato administrativo de transferência do serviço complementar de alteração parcial de itinerário Goiânia (GO) – Correntina (BA), prefixo nº 12-1402-01, para a Real Expresso Ltda. Art. 2º Declarar válido o ato administrativo de transferência do serviço principal Goiânia (GO) – Salvador (BA), prefixo nº 12-1402-00, para a Rápido Federal Viação Ltda. Art. 3º Declarar a impossibilidade jurídica de convalidação do ato administrativo que autorizou a exploração do serviço complementar de alteração parcial do itinerário Goiânia (GO) – Correntina (BA), mesmo que de forma vinculada a seu serviço principal. Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”; **2.1.2. – VIAÇÃO BONI LTDA. – ME e SUPREMA AUTOBUS LTDA. – Ato Administrativo de transferência de serviço – Processo nº 50500.079324/2007-92:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DWG-139/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto na Resolução nº 3.076, de 26 de março de 2009, fundamentada no Voto DWG – 139/09, de 9 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.079324/2007-92, RESOLVE: Art. 1º Autorizar a transferência do serviço operado sob o regime de autorização especial Aimorés (Pontilhão) (MG) – Baixo Guandu (Bairro São José) (ES), prefixo nº 06-0709-20, da Viação Boni Ltda. – ME, para a empresa Suprema Autobus Ltda. Art. 2º Revogar a Resolução ANTT nº 2.833, de 30 de julho de 2008. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”; **2.1.3. – AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA. e EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A. – Processo Administrativo – Processo nº 50505.000330/2006-96:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DWG-140/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWG – 140/09, de 9 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50505.000330/2006-96, RESOLVE: Art. 1º Declarar o cancelamento do serviço complementar, prefixo nº 09-0379-01, em face da renúncia expressa pela Auto Viação Catarinense Ltda., e da impossibilidade jurídica de sua exploração pela Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A. Art. 2º Declarar a improcedência da denúncia de irregularidade da transferência do serviço principal Curitiba (PR) – Enseada (SC), prefixo nº 09-0379-00, da Empresa de Ônibus Nossa Senhora da Penha S/A., para a Auto Viação Catarinense, por perda de objeto, em vista



da ausência de desvinculação de seu serviço complementar. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”; **2.1.4. – FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. – Implantação de projetos na BR-393/RJ – Trecho: Sapucaia – Entroncamento BR-040 – Processo nº 50500.066569/2008-31:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DWG-142/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWG – 142/09, de 14 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.066569/2008-31, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a implantação do projeto de relocação da BR-393/RJ, entre o km 147+500 e o km 155+090, no trecho Sapucaia – Entroncamento BR-040(A), de interesse da Furnas Centrais Elétricas S.A. Art. 2º Para a implantação da obra de relocação da BR-393/RJ, a Furnas Centrais Elétricas S.A., deverá garantir uma borda livre de 1,00 m entre a face inferior das pontes e a cheia de projeto relativa ao período de recorrência de 100 anos, além de providenciar o prévio e regular processo de desapropriação da área suficiente para manutenção da faixa de domínio atualmente existente, atender às condições técnicas, bem como observar o cumprimento das normas ambientais vigentes. Art. 3º A Furnas Centrais Elétricas S.A. não poderá iniciar a implantação da obra de relocação da rodovia, objeto desta Deliberação, antes de assinar, com a Concessionária Rodovia do Aço S.A., o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira referente às obrigações especificadas. Art. 4º A Furnas Centrais Elétricas S.A., deverá encaminhar à Unidade Regional do Rio de Janeiro – URRJ uma das vias do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, tão logo seja assinado pelas partes. Art. 5º Caberá à Furnas Centrais Elétricas S.A., assumir todo o ônus relativo à relocação da rodovia, incluindo sua faixa de domínio, à demolição da camada de pavimentação da rodovia atual, a eventuais problemas que venham a ocorrer no trecho relocado durante a fase de obras e a eventuais danos posteriores ao recebimento da obra ocasionados por vícios ocultos. Art. 6º A Furnas Centrais Elétricas S.A., deverá concluir a obra de implantação da relocação da rodovia no prazo de 390 dias após a publicação desta Deliberação. Parágrafo único. Esgotado esse prazo sem que o projeto tenha sido integralmente executado, a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF poderá autorizar sua prorrogação, mediante manifestação da Furnas Centrais Elétricas S.A., e desde que devidamente justificada. Art. 7º Caberá à Concessionária Rodovia do Aço S.A., acompanhar, fiscalizar e receber a obra de relocação. A partir do ato de recebimento, a Concessionária ficará responsável pela manutenção e conservação do trecho relocado, nos termos do contrato de concessão, ressalvados eventuais vícios ocultos decorrentes da fase de obras. Nesse caso, caberá à Concessionária acionar a Furnas Centrais Elétricas S.A., para que proceda as devidas correções. Art. 8º A Furnas Centrais Elétricas S.A., deverá apresentar à ANTT e à Concessionária Rodovia do Aço S.A., o projeto as built, em meio digital, referenciado aos marcos topográficos da rodovia. Art. 9º A Obra de relocação autorizada não resultará em receita extraordinária para a Concessionária e seu impacto no custo de conservação e manutenção da rodovia será analisado após seu término em revisão ordinária. Art. 10. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”; **2.1.5. – Portaria que Estabelece novo Regime de Alçada e de Procedimento Administrativo para a Celebração de Termos de Cooperação ou Instrumentos Congêneres – Processo nº 50500.053100/2009-12:** a matéria foi indeferida por unanimidade; **2.1.6. – AFASTAMENTO DO PAÍS – Seminário: “Reabilitação, Transformação – Modernização e Manutenção do Material Rodante Ferroviário”/ALAF – Diretor Francisco de Oliveira Filho e Adelino Américo de Freitas Filho e Jean Mafra dos Reis – Buenos Aires, Argentina – Processo nº 50500.055722/2009-85:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DWG-142/A2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWG – 142-A/09, de 16 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.055722/2009-85, DELIBERA: Art. 1º Autorizar o

afastamento do país, com ônus a esta Agência, no período de 29 de setembro a 1 outubro de 2009, incluindo trânsito, do Diretor Francisco de Oliveira Filho e no período de 27 de setembro a 3 de outubro 2009, incluindo trânsito, dos servidores Adelino Américo de Freitas Filho e Jean Mafrá dos Reis, com o objetivo de participarem do Seminário "Reabilitação, Transformação-Modernização e Manutenção do Material Rodante Ferroviário" promovido pela Associação Latino-Americana de Estradas de Ferro – ALAF, que será realizado em Buenos Aires, Argentina. Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação".

2.2. RELATOR: Diretor IVO BORGES DE LIMA.

2.2.1. – RAMOS TURISMO LTDA. – Processo Administrativo – Processo nº 50500.040607/2006-63 e nº 50500.076288/2005-43: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-033/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB – 033/09, de 4 de setembro de 2009 e no que consta dos Processos nº 50500.040607/2006-63 e nº 50500.076288/2005-43, RESOLVE: Art. 1º Aplicar a Penalidade de Declaração de Inidoneidade à empresa Ramos Turismo Ltda., pelo prazo de 4 (quatro) anos, CNPJ nº 82.312.141/0001-04, na conformidade dos incisos 1º e 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, ambos do Decreto nº 2.521, de 1998, c/c artigo 78 – A da Lei nº 10.233, de 2001. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação";

2.2.2. – DEUSDETE PEREIRA DA SILVA – ME – Processo Administrativo – Processo nº 50500.094766/2007-69: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-036/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições e fundamentada no Voto DIB – 036/09, de 11 de setembro de 2009, DELIBERA: Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50500.094766/2007-69, referente à empresa Deusdete Pereira da Silva - ME. CNPJ nº 02.716.502/0001-49. Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1º, as Unidades Organizacionais da ANTT deverão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo. Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação";

2.2.3. – AUTO VIAÇÃO VENÂNCIO AIRES – VIASUL – Processo Administrativo – Processo nº 50520.004282/2007-06: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-037/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB – 037/09, de 11 de setembro de 2009, DELIBERA: Art. 1º Determinar à Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS a apuração dos fatos indicados no Processo nº 50520.004282/2007-06, referente à empresa Auto Viação Venâncio Aires – Viasul. Art. 2º Para os fins dispostos no art. 1º, as Unidades Organizacionais da ANTT poderão prestar apoio à SUPAS, indicando, quando solicitadas, servidores para compor a Comissão de Processo Administrativo. Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação";

2.2.4. – BRASIL TELECOM S/A. – Ocupação longitudinal aérea para implantação de rede de telefonia com instalação de cabos ópticos – Processo nº 50515.004019/2009-40: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-038/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB – 038/09, de 11 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50515.004019/2009-40, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a ocupação longitudinal aérea na faixa de domínio da rodovia BR-376/PR, para a implantação de rede de telefonia com instalação de cabos ópticos no trecho entre o km 617+456m e o km 618+540m, Pista Sul, de interesse da Brasil Telecom S/A. Art. 2º Na implantação e conservação da referida ocupação longitudinal, a Brasil Telecom S/A., deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia. Art. 3º A Brasil

Telecom S/A., não poderá iniciar a implantação da ocupação longitudinal, objeto desta Deliberação, antes de assinar com a Autopista Litoral Sul S/A., o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária. Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A., deverá encaminhar à Unidade Regional de São Paulo – URSP uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes. Art. 5º A Brasil Telecom S/A., assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa ocupação longitudinal, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a rodovia. Art. 6º A Brasil Telecom S/A., deverá concluir a obra de implantação da ocupação longitudinal no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação desta Deliberação. Parágrafo único. Esgotado esse prazo sem que o projeto tenha sido integralmente executado, a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF poderá autorizar a sua prorrogação, mediante manifestação da Brasil Telecom S/A., e desde que devidamente justificada. Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A., acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à ocupação longitudinal. Art. 8º A Brasil Telecom S/A., deverá apresentar à URSP e à Autopista Litoral Sul S/A., o projeto as built, em meio digital (CAD), referenciado aos marcos topográficos da rodovia. Art. 9º A ocupação longitudinal aérea para a implantação de rede de telefonia com instalação de cabos ópticos autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária, no valor de R\$ 8.997,20 (oito mil, novecentos e noventa e sete reais e vinte centavos), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA. Art. 10. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;

2.2.5. – EMPRESA DE TRANSPORTE SANTA TEREZINHA LTDA. – Frequência Mínima – Serviço: Boa Esperança (MG) – São Paulo (SP) – Processo nº 50510.003046/2009-45: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-039/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DIB – 039/09, de 11 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50510.003046/2009-45, RESOLVE: Art. 1º Deferir o requerimento da Empresa de Transporte Santa Terezinha Ltda., para Redução de Frequência Mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Boa Esperança (MG) - São Paulo (SP), prefixo nº 06-0116-00, para 1 (um) horário diário, todos os meses do ano, mais 1 (um) horário diário em 4 (quatro) meses do ano, mais 2 (dois) horários semanais em 8 (oito) meses do ano, por sentido. Art. 2º Determinar à autorizatária, sob o regime especial de operação, que comunique aos usuários do serviço acerca da Redução da Frequência Mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”;

2.2.6. – FERROVIA NORTE-SUL – Abertura do novo trecho entre Porto Franco (Km 204) e Colinas do Tocantins (Km 455) ao tráfego público ferroviário de cargas, em caráter precário – Processo nº 50500.044477/2009-81: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DIB-034/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das suas atribuições, fundamentada no Voto DIB - 034/09, de 9 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.044477/2009-81, RESOLVE: Art. 1º Autorizar a abertura ao tráfego público ferroviário de cargas do novo trecho compreendido entre Porto Franco (km 204) e Colinas do Tocantins (km 455) pertencente à Ferrovia Norte-Sul, em caráter precário, por um período de 120 (cento e vinte) dias, somente após a apresentação oficial de plano de trabalho e cronograma físico para a realização das obras e a solução das inadequações relacionadas na Nota Técnica nº 65/GEFER/SUCAR. Art. 2º Limitar a velocidade máxima autorizada dos trens (VMA) em 25 km/h, restringindo a 15 km/h em todas as passagens de nível (PN's) e nas passagens de gado inferiores (PGI's) dos km 312+050, 314+700, 315+800, 316+700, 317+850, 333+600, 333+680, 334+015, 336+800, 337+650,

340+850, 343+100, 351+080, 351+940 e 354+300. Art. 3º Comunicar à VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. sobre as irregularidades ainda encontradas e o prazo para a realização das obras de correção. Art. 4º Condicionar a abertura, em caráter definitivo, à plena conclusão das obras e das seguintes correções: I - revisão da drenagem superficial e recomposição e proteção de banquetas laterais e taludes de corte e aterro em processo de erosão; II - implantação de sinalização nas passagens de nível de acordo com as normas técnicas vigentes; III - realocação dos marcos implantados dentro das canaletas de drenagem no lote 6; e IV - solução do processo de deformação da estrutura das passagens de gado inferiores (PGI's) relacionadas no art 1º. Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação".

2.3. RELATOR: Diretor MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR.

2.3.1. – EXPRESSO VILA RICA LTDA. - Fretamento Contínuo – Localidades: Padre Bernardo (GO) e Taguatinga (DF) – Processo nº 50500.045733/2009-57: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-134/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 134/09, de 2 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.045733/2009-57, RESOLVE: Art. 1º Autorizar a empresa Expresso Vila Rica Ltda. CNPJ nº 05.373.334/0001-24, a operar o serviço especial de transporte rodoviário interestadual de passageiros, sob o regime de fretamento contínuo, para estudantes, com frequência de segunda a sábado, entre as localidades de Padre Bernardo (GO) e Taguatinga (DF), a partir da data de publicação desta Resolução no Diário Oficial da União até 13 de julho de 2010, com base no contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Padre Bernardo – GO. CNPJ nº 01.170.331/0001-32. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação";

2.3.2. – COMÉRCIO E TRANSPORTE BOA ESPERANÇA e CIA. SÃO GERALDO DE VIAÇÃO – Processo Administrativo – Processo nº 50505.000341/2006-76: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-135/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 135/09, de 2 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50505.000341/2006-76, RESOLVE: Art. 1º Declarar a nulidade da transferência do serviço complementar Tucuruí (PA) – Parnaíba (PI), via Imperatriz (MA), prefixo nº 02-1172-04, da empresa Comércio e Transporte Boa Esperança para a Cia. São Geraldo de Viação. Art. 2º Autorizar a operação do serviço complementar de alteração parcial de itinerário Tucuruí (PA) – Parnaíba (PI), via Imperatriz (MA), prefixo nº 02-1172-04, por meio de Autorização vinculada à Autorização Especial de seu serviço base, Tucuruí (PA) – Parnaíba (PI), via Teresina (PI), prefixo nº 02-1172-00, de titularidade de Comércio e Transporte Boa Esperança, conforme determinação constante da Resolução nº 2.868/08, de 4 de setembro de 2008. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação";

2.3.3. – OI BRASIL TELECOM S/A. – Ocupação longitudinal aérea para implantação de rede de cabos telefônicos – Piçarras/SC – Processo nº 50520.009361/2009-67: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-136/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: "A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 136/09, de 8 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50520.009361/2009-67, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a implantação de rede de cabos telefônicos na faixa de domínio da rodovia BR-101/SC, por meio de ocupação longitudinal aérea, no trecho entre o km 97+245m e o km 97+625m, e de travessia aérea no km 97+500m, em Piçarras/SC, de interesse da Oi Brasil Telecom S/A. Art. 2º Na implantação e conservação da referida rede de cabos telefônicos, a Oi Brasil Telecom S/A., deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia. Art. 3º A Oi Brasil Telecom S/A., não poderá iniciar a implantação da rede de cabos telefônicos, objeto desta Deliberação, antes de assinar

com a Autopista Litoral Sul S/A., o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária. Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A., deverá encaminhar à Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes. Art. 5º A Oi Brasil Telecom S/A., assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa rede de cabos telefônicos, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a rodovia. Art. 6º A Oi Brasil Telecom S/A., deverá concluir a obra de implantação da rede de cabos telefônicos no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação desta Deliberação. Parágrafo único. Esgotado esse prazo sem que o projeto tenha sido integralmente executado, a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF poderá autorizar a sua prorrogação, mediante manifestação da Oi Brasil Telecom S/A., e desde que devidamente justificada. Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A., acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à ocupação longitudinal e à travessia. Art. 8º A Oi Brasil Telecom S/A., deverá apresentar à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A., o projeto as built, em meio digital (CAD), referenciado aos marcos topográficos da rodovia. Art. 9º A ocupação longitudinal aérea e a travessia para a implantação da rede de cabos telefônicos autorizadas resultarão em receita extraordinária anual para a Concessionária, no valor de R\$ 3.642,37 (três mil, seiscentos e quarenta e dois reais e trinta e sete centavos), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA. Art. 10. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”;

2.3.4. – TNL PCS S/A. – OI – Ocupação longitudinal subterrânea para implantação de rede de fibra óptica – Tijucas/SC – Processo nº 50520.003906/2008-41: a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-137/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR – 137/09, de 9 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50520.003906/2008-41, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a ocupação longitudinal subterrânea da faixa de domínio da rodovia BR-101/SC para implantação de rede de fibra óptica no trecho entre o km 183+085m e o km 183+100m, em Tijucas/SC, de interesse da TNL PCS S/A. – OI. Art. 2º Na implantação e conservação da referida ocupação longitudinal, a TNL PCS S/A. – OI deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Autopista Litoral Sul S/A., responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia. Art. 3º A TNL PCS S/A. – OI não poderá iniciar a implantação da ocupação longitudinal objeto desta Deliberação antes de assinar com a Autopista Litoral Sul S/A., o Contrato de Permissão Especial de Uso referente às obrigações especificadas e sem apresentar a licença ambiental, se necessária. Art. 4º A Autopista Litoral Sul S/A., deverá encaminhar à Unidade Regional do Rio Grande do Sul – URRS uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes. Art. 5º A TNL PCS S/A. – OI assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento dessa ocupação longitudinal, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes da mesma e que venham a afetar a rodovia. Art. 6º A TNL PCS S/A. – OI deverá concluir a obra de implantação da ocupação longitudinal no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Deliberação. Parágrafo único. Esgotado esse prazo sem que o projeto tenha sido integralmente executado, a Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária – SUINF poderá autorizar a sua prorrogação, mediante manifestação da TNL PCS S/A. – OI e desde que devidamente justificada. Art. 7º Caberá à Autopista Litoral Sul S/A. acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente à ocupação longitudinal. Art. 8º A TNL PCS S/A. – OI deverá apresentar à URRS e à Autopista Litoral Sul S/A., o projeto as built, em meio digital (CAD), referenciado aos marcos topográficos da rodovia. Art. 9º A ocupação longitudinal

subterrânea por rede de fibra óptica autorizada resultará em receita extraordinária anual para a Concessionária, no valor de R\$ 124,50 (cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), calculado conforme Resolução ANTT nº 2.552/2008, que determina também o reajuste anual com base no IPCA. Art. 10. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação”; **2.3.5. – VIAÇÃO SÃO CRISTOVÃO LTDA. – Frequência Mínima – Serviço: Divinópolis (MG) – São Paulo (SP) – Processo nº 50510.003176/2009-88:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-138/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 138/09, de 9 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50510.003176/2009-88, RESOLVE: Art. 1º Deferir o requerimento da Viação São Cristóvão Ltda., para Redução de Frequência Mínima da prestação do serviço regular de transporte rodoviário interestadual de passageiros Divinópolis (MG) - São Paulo (SP), prefixo nº 06-1593-00, para 3 (três) horários semanais por sentido, todos os meses do ano. Art. 2º Determinar à autorizatória sob o regime especial de operação, que comunique os usuários do serviço, acerca da Redução da Frequência Mínima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias de sua efetiva implantação, conforme o art. 8º da Resolução nº 597, de 2004. Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”; **2.3.6. – MENDONÇA TURISMO LTDA. – Processo Administrativo nº 50500.017416/2008-60:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DMR-139/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMR - 139/09, de 10 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.017416/2008-60, RESOLVE: Art. 1º Aplicar à empresa Mendonça Turismo Ltda. CNPJ nº 04.834.442/0001-94, a Penalidade de Declaração de Inidoneidade, pelo prazo de 3 (três) anos, na conformidade do § 5º do artigo 36 e artigo 86, inciso VI, parágrafo único, do Decreto nº 2.521, de 1998; artigo 78 – A, inciso V, da Lei nº 10.233, de 2001; e artigos 32, inciso VI e 46, inciso III, ambos da Resolução/ANTT nº 1.166, de 5 de outubro de 2005. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação”. **2.4. RELATOR: Diretor FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO. 2.4.1. – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de impressão, digitalização e cópia – Processo nº 50500.046696/2009-02:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DFO-126/2009 e aprovou proposta de Deliberação, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DFO - 126/09, de 14 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.046696/2009-02, DELIBERA: Art. 1º Autorizar a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante formalização de Ata de Registros de Preços, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão, digitalização e cópia, com fornecimento de equipamentos de primeiro uso, manutenção, suporte e assistência técnica, treinamento de pessoal, software de gerenciamento, sistema de bilhetagem/contabilização, gerenciamento total e de modo centralizado, e insumos/combustíveis, exceto papel, conforme especificações descritas no Termo de Referência. O valor estimado para a despesa é R\$ 2.861.280,00 (dois milhões, oitocentos e sessenta e um mil e duzentos e oitenta reais), referente ao período de 12 (doze) meses”; **2.4.2. – UNESUL DE TRANSPORTES LTDA. – Processo Administrativo nº 50500.018981/2006-82:** a Diretoria acolheu a proposição do Diretor Relator, conforme Voto DFO-127/2009 e aprovou proposta de Resolução, a seguir transcrita: “A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DFO – 127/09, de 14 de setembro de 2009 e no que consta do Processo nº 50500.018981/2006-82, RESOLVE: Art. 1º Declarar nulo o Contrato de Permissão nº 532/2001, para a prestação do serviço Florianópolis (SC) – Campo Grande (MS), prefixo nº 16-1817-00, operado pela empresa Unesul de Transportes Ltda., e os atos posteriores a ele vinculados, em especial, o de transferência de titularidade. Art.

2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação". 3. ASSUNTOS GERAIS.
3.1. – Memorando nº 206/2009/SUAFI, de 10.9.09 – Procedimentos licitatórios em andamento com valor estimado de até R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). 3.2. – Despacho da Auditoria Interna, de 4.9.09 – Plano Anual de Fiscalização – GEAFI/SUREG. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Diretor-Geral deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, César Dias, Secretário, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada.



BERNARDO FIGUEIREDO
Diretor-Geral



FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO
Diretor



IVO BORGES DE LIMA
Diretor



MÁRIO RODRIGUES JÚNIOR
Diretor



WAGNER DE CARVALHO GARCIA
Diretor



CÉSAR DIAS
Secretário